

ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO  
COSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2025 - PMJC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025 – SRP  
*Retificado/Republicado*

---

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO/EXECUÇÃO/FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA ATENDER A PREFEITURA E AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO COSTA/PI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

---



## **EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, NA FORMA ELETRÔNICA, COM PARTICIPAÇÃO AMPLA, PROCESSO Nº 080/2025 - PMJC - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025. Retificado/Republicado**

Torna-se público que o Município de João Costa/PI, por meio da Comissão Permanente de Contratação, sediada Praça Central, s/n - Centro - CEP: 64.765-000 realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do Tipo Menor Preço Unitário e Adjudicação por Lote, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela lei complementar nº 147/2014, Decreto Municipal Nº 001/2025, de 02 de janeiro de 2025, e do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 09 de abril de 2026.**

**Horário: às 08h:30min**

**Local: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)**

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na confecção/execução/fornecimento de serviços gráficos diversos, para atender a Prefeitura e as Secretarias do município de João Costa/PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor unitário e adjudicação por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. Os Proponentes interessados em participar desta licitação ou ter acesso ao Bolsa Nacional de Compras deverão efetuar seus credenciamentos junto ao órgão - onde receberão chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), de acordo com as informações constantes no portal [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), e deverão estar aptos para encaminhar as propostas comerciais por meio eletrônico até a hora e data indicadas no preâmbulo deste edital.

3.7. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão aderir ao sistema Bolsa Nacional de Compras e cadastrar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), conforme procedimento contido no manual do fornecedor, disponível no endereço eletrônico: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1.Os licitantes deverão aderir ao sistema Bolsa Nacional de Compras e cadastrar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), conforme procedimento contido no manual do fornecedor, disponível no endereço eletrônico: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

4.2. Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

4.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, por não se tratar, de bens e serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica em conformidade com a explicação técnica presente neste Edital.

4.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.7.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.7.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.7.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133 de 2021;





- 4.7.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, sendo que, no caso de empresa em recuperação judicial, será possível a sua participação, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que esteja apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da lei e em preservação da ampla concorrência, conforme o disposto no Acórdão nº 8.271/2011, 2ª Câmara do TCU;
- 4.7.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.7.8. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 4.8. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.8.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.8.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.8.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.8.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.8.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.8.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.8.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.8.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.





## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, mediante justificativa, inverter as fases do procedimento licitatório, promovendo inicialmente o julgamento das propostas e, posteriormente, a análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no aviso deste edital de 25/03/2026 às 17h00min à 09/04/2026 às 00h:00min, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1. Valor unitário e total do item, descrição detalhada do objeto, informando o produto/marca/modelo/fabricante/procedência, preenchendo o sistema com as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
  - 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da



empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.7. As licitantes deverão encaminhar para análise anterior à fase de disputa, a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, devendo preencher as informações no campo “Arq. Req.” e anexar carta proposta, Fichas Técnicas contendo especificação do produto/marca/modelo/fabricante/procedência/preço unitário e total dos Produtos por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado do sistema da Bolsa Nacional de Compras.

6.8. A não observância dos subitens 6.1.1 e 6.7 do edital, acarretará desclassificação sumária da proposta do licitante, impedindo-a de prosseguir no certame.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, **no dia 09 de abril de 2026, às 08h:30min.**

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas/preenchidas no sistema, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta final deverá ser 0,5% (meio por cento), sob pena de desclassificação imediata da proposta.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de João Costa/PI;
- 7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e



empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aqueles previstos no Art. 60 da Lei 14.133 de 2021:

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n.º 1455/2018 e 601/2020 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.2.2.** A presunção de inexequibilidade é relativa, nos termos do princípio do formalismo moderado, citado na Súmula 262 do TCU e lei 14.133/2021.

**8.2.3.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação





da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**8.2.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**8.2.5.** Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutibilidade;
- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

8.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.3. Nos termos dos Acórdãos 966/2022, 1211/2021 e 2443/2021 poderá o pregoeiro, quando suficiente e necessário para verificação da exequibilidade de uma proposta, promover, por diligência ou a pedido do concorrente, a admissão da juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação da proposta, o Pregoeiro e sua equipe de apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>) e do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. <https://sistemas.tce.pi.gov.br/certidoes/>;

9.1.4. Certidão Negativa de Inidoneidade, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE, <https://www.tcepi.tc.br/> nos termos do Art. 85 da Lei nº 5.888/2009 c/c o art. 212, da Resolução Nº 13/111 – Regimento Interno.

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



- 9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.8. **Habilitação jurídica:**
- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);



9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8.9. Cópia da Cédula de Identidade proprietário da empresa e sócios se houver

**9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, através do SINTEGRA ou Cadastro Centralizado de Contribuinte - CCC;

9.9.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.8. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



9.9.9. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 9.10. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.10.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e física, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 9.11. **Qualificação Técnica**





- 9.11.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em conformidade com o termo de referência, sob pena de inabilitação da licitante.
- 9.11.2. Declarações em papel timbrado da empresa, carimbadas e assinadas por pessoa legalmente autorizada a fazê-lo em nome da empresa, se comprometendo a:
- Declaração da empresa Licitante de que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.
  - Declaração da empresa licitante de que cumpre com o disposto no Art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal de 1988.
  - Declaração de comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
  - Declaração de que estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá qua isquer informações complementares solicitadas pela CPC;
  - Declaração que aceita todas as condições do Edital;
  - Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em papel timbrado da empresa licitante.
  - Declaração, sob as penas da lei, que, a empresa já se encontra em conformidade ou em fase de implementação da Lei nº 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), devendo indicar quais medidas administrativas coerentes possui ou possuirá com tal normativo, indicando se possui ou não profissional habilitado para ser o canal de comunicação entre o titular, controlador e a ANPD, conforme requerido na LGPD, observando o tratamento de dados pessoais de pessoa física ou jurídica a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, além de indicar de qual hipótese utilizará para realizar a coleta dos dados, cadastro, registro e armazenamento de dados, informações e documentos relativos ao contrato, aos empregados, às ocorrências havidas durante a execução contratual e, do cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive fgts, pela contratada, devendo indicar de qual forma a empresa disponibiliza o acesso facilitado dos titulares ao seus direitos indicados na Lei, possibilitando ainda a realização de consultas e a emissão de relatórios que otimizem e facilitem a gestão e fiscalização da execução do serviço pelo contratante.
- 9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco)



dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação e dados pessoais (rg, cpf, qualificação) do responsável pela assinatura do contrato, banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II da Lei nº 14.133/21).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço por item, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



## 15. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para assinar a Ata de Registro de Preços, a contar da notificação, por meio de publicação no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sujeitando-se às penalidades aludidas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- 15.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

## 16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 16.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato;
- 16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Legislação aplicável a este, reconhecendo-se os direitos e os deveres reservados às partes, conforme o estabelecido.



- 16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 17.1. Conceder-se-á, a alteração contratual para mantença da exequibilidade do contrato, a depender das regras fixadas para o devido requerimento de reajustamento em sentido estrito, de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro.
- 17.2. A ausência dos pedidos nos prazos e segundo as formalidades legais acarretará em preclusão administrativa do requerimento e em possível decadência do pleito de reequilíbrio com ou sem efeitos retroativos.
- 17.2.1. **O reequilíbrio econômico-financeiro, por fato imprevisível ou previsível, mas de consequência insuportáveis, será dependente do seguimento exato dos lindes firmados pela contratada privada, nos termos do exposto no Edital.**

## 18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



## 20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

21.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

21.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

21.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

## 23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada **exclusivamente** por forma eletrônica diretamente na plataforma digital <https://www.bnc.org.br>.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, [www.tcepi.tc.br/fiscalizado/sistemas/licitacoes-e-contratos/](http://www.tcepi.tc.br/fiscalizado/sistemas/licitacoes-e-contratos/), [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br), e também poderão ser obtidos no endereço Praça Central, s/n - Centro, João Costa/PI – Equipe Permanente de Planejamento e Contratação/PMJC, nos dias úteis, no horário das 08h:00min às 13h:30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.



24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

João Costa - PI, 23 de março de 2026.

ERICARLOS TELES PEREIRA  
Pres. da Comissão Permanente de Contratação



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
*Processo Administrativo Nº 080/2025 – PMJC*  
*Pregão Eletrônico Nº 032/2025 - SRP*  
**Retificado**

## **1. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a confecção, execução e fornecimento de serviços gráficos diversos, sob demanda, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de João Costa/PI e suas Secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Parágrafo único. A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza contínua e variável da demanda.

## **2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação justifica-se pela necessidade permanente de materiais gráficos institucionais, administrativos, educacionais e informativos indispensáveis ao funcionamento das atividades públicas, tais como:

- Documentos administrativos (capas, fichas, blocos);
- Materiais educacionais (boletins, diários, apostilas);
- Materiais de saúde (fichas clínicas, cartões, formulários);
- Materiais de divulgação institucional (folders, banners, cartazes).
- Destaca-se que a contratação centralizada:
- Garante padronização visual institucional;
- Promove economicidade com ganho de escala;
- Assegura agilidade no atendimento das demandas;
- Evita contratações fragmentadas e emergenciais.

## **3. DA NATUREZA DO OBJETO**

O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

## **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento contínuo e sob demanda de serviços gráficos, compreendendo:

- Impressão offset e digital;
- Produção de materiais personalizados;
- Acabamentos gráficos diversos (encadernação, plastificação, corte, dobra, laminação);
- Criação e adaptação de artes (quando necessário);
- Entrega nos locais indicados pela Administração.

## **5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

As especificações dos materiais deverão obedecer, no mínimo:

- Gramatura conforme descrita em cada item;
- Impressão em alta resolução (mínimo 300 DPI);
- Fidelidade de cores (padrão CMYK);
- Papel sem defeitos, manchas ou irregularidades;
- Corte e acabamento uniformes;
- Numeração sequencial (quando aplicável);





- Provas digitais ou físicas antes da produção (quando solicitado).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	VL. UNIT. ESTIMADO	VL. TOTAL ESTIMADO
<b>LOTE I - MATERIAIS DE IMPRESSÃO</b>					
1	ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO EM POLICROMIA.	Unidade	375	R\$ 2,37	R\$ 886,88
2	BLOCO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTANTE	Bloco	18	R\$ 13,50	R\$ 242,96
3	BLOCO DE CONSULTA COM 100 FOLHAS	Bloco	75	R\$ 12,59	R\$ 944,25
4	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO COM 100 FOLHAS	Bloco	225	R\$ 13,65	R\$ 3.071,25
5	BLOCO DE REQUERIMENTO DE EXAME 100 FOLHAS	Bloco	75	R\$ 12,40	R\$ 930,00
6	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS 2 VIAS CARBONADO COM NUMERAÇÃO.	Bloco	750	R\$ 23,23	R\$ 17.420,63
7	BLOCO MEIO FIO TIMBRADO C/100 FOLHAS	Bloco	75	R\$ 23,00	R\$ 1.724,63
8	BLOCO PARA RASCUNHO CADERNETA C/100 FOLHAS	Bloco	75	R\$ 7,34	R\$ 550,50
9	BLOCO TIMBRADO COM MARCA D'ÁGUA COLORIDO	Bloco	75	R\$ 8,96	R\$ 672,00
10	CAPAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO COM	Unidade	1500	R\$ 3,56	R\$ 5.343,75
11	CAPA DE PROCESSO DE ALUNO	Unidade	1500	R\$ 3,58	R\$ 5.366,25
12	CERTIFICADOS F-09 COLORIDOS	Unidade	1500	R\$ 3,52	R\$ 5.283,75
13	CERTIFICADOS F-18 COLORIDOS	Unidade	1500	R\$ 1,79	R\$ 2.685,00
14	CONFECÇÃO DE CERTIFICADOS	Unidade	600	R\$ 5,22	R\$ 3.133,50
15	CONFECÇÃO DE ENVELOPES PERSONALIZADOS COLORIDOS	Unidade	3750	R\$ 2,58	R\$ 9.675,00
16	CONVITES F-09 COLORIDOS.	Unidade	1125	R\$ 3,26	R\$ 3.670,31
17	CONVITES F-18 COLORIDOS.	Unidade	2250	R\$ 2,22	R\$ 4.989,38
18	ENVELOPE BRANCO SACO OFÍCIO 24X34 TIMBRADO.	Unidade	4500	R\$ 2,26	R\$ 10.158,75
19	ENVELOPE AMARELO SACO OFÍCIO 24X34 TIMBRADO.	Unidade	2250	R\$ 2,28	R\$ 5.135,63
20	ENVELOPE AMARELO SACO OFÍCIO 31X41 TIMBRADO.	Unidade	750	R\$ 2,61	R\$ 1.955,63
21	ENVELOPE BRANCO SACO OFÍCIO 31X41 TIMBRADO.	Unidade	750	R\$ 2,49	R\$ 1.865,63





22	APOSTILHA PARA CURSOS DIVERSOS: MIOLO IMPRESSO EM PAPEL DE GRAMATURA MÍNIMA DE 70G, 1X1 COR; CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL COUCHÊ DE GRAMATURA MÍNIMA DE 240G, 4X0 COR, ATÉ 100 PÁGINAS; ACABAMENTO EM ESPIRAL.	Unidade	75	R\$ 36,43	R\$ 2.732,25
23	APOSTILHA PARA CURSOS DIVERSOS: MIOLO IMPRESSO EM PAPEL DE GRAMATURA MÍNIMA DE 70G, 1X1 COR; CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL COUCHÊ DE GRAMATURA MÍNIMA DE 240G, 4X0 COR, ATÉ 200 PÁGINAS; ACABAMENTO EM ESPIRAL.	Unidade	75	R\$ 46,29	R\$ 3.471,94
24	BOLETIM ESCOLAR.	Unidade	3750	R\$ 0,86	R\$ 3.234,38
25	CADERNO BROCHURA COM 48 FOLHAS	Unidade	1500	R\$ 10,16	R\$ 15.240,00
26	DIÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Unidade	450	R\$ 5,15	R\$ 2.318,63
27	DIÁRIO ESCOLAR	Unidade	750	R\$ 6,28	R\$ 4.710,00
28	DIPLOMA F-18 COLORIDO	Unidade	750	R\$ 1,78	R\$ 1.335,00
29	FICHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM LOGOMARCA COLORIDA	Unidade	750	R\$ 2,08	R\$ 1.558,13
30	FOLDER PARA CAMPANHA EDUCATIVA F-18 COM LOGOMARCA	Unidade	6000	R\$ 1,64	R\$ 9.825,00
31	FOLDER PARA CAMPANHA EDUCATIVA F-09 COLORIDO.	Unidade	3750	R\$ 3,26	R\$ 12.215,63
32	Encadernação de 1 a 50fls	unidade	50	R\$ 4,07	R\$ 203,50
33	Encadernação de 51 a 100fls	unidade	50	R\$ 4,89	R\$ 244,38
34	Encadernação de 101 a 200fls	unidade	50	R\$ 5,98	R\$ 298,75
35	Encadernação de 201 a 300fls	unidade	50	R\$ 8,14	R\$ 407,13
36	Plastificação	unidade	50	R\$ 4,39	R\$ 219,50
37	CARTÃO DE GESTANTE	Unidade	225	R\$ 3,82	R\$ 860,06
38	CARTÃO DE HIPERDIA CARTOLINA FRENTE E VERSO COM LOGOMARCA COLORIDA	Unidade	600	R\$ 3,93	R\$ 2.356,50
39	CARTÃO DE VACINA DA CRIANÇA	Unidade	1500	R\$ 3,55	R\$ 5.328,75
40	FICHA DE ACOMPANHAMENTO E RENDIMENTO ESCOLAR	Unidade	450	R\$ 3,77	R\$ 1.696,50
41	FICHA DE AMBULATÓRIO COM LOGAMARCA COLORIDA	Bloco	38	R\$ 22,39	R\$ 850,92
42	FICHA CADASTRAL.	Unidade	450	R\$ 2,08	R\$ 937,13
43	FICHA CLÍNICA ODONTOLÓGICA ARCADA	Unidade	600	R\$ 1,77	R\$ 1.062,00
44	FICHA DE CADASTRO DA FAMÍLIA	Bloco	199	R\$ 22,85	R\$ 4.546,16
45	FICHA DE EVOLUÇÃO CLÍNICA	Bloco	18	R\$ 14,63	R\$ 263,25





46	FICHA DE FORMAÇÃO DE TURMA	Unidade	3750	R\$ 2,36	R\$ 8.831,25
47	FICHA DE FREQUÊNCIA COM LOGOMARCA COLORIDA	Bloco	1500	R\$ 2,99	R\$ 4.485,00
48	FICHA DE HIPERTENSÃO	Bloco	389	R\$ 16,33	R\$ 6.352,37
49	FICHA DE HISTÓRICO ESCOLAR	Unidade	1500	R\$ 0,83	R\$ 1.237,50
50	FICHA DE LAUDOS PARA BPA	Bloco	18	R\$ 20,76	R\$ 373,68
51	FICHA DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS/EXAMES/ENCAMINHAMENTO	Bloco	18	R\$ 22,87	R\$ 411,66
52	FICHA DE MATRÍCULA	Unidade	1500	R\$ 0,60	R\$ 903,75
53	FICHA DE MOVIMENTO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL COM LOGOMARCA COLORIDA	Bloco	164	R\$ 4,23	R\$ 692,90
54	FICHA DE RECEITA AZUL F24	Bloco	38	R\$ 23,98	R\$ 911,05
55	FICHA DE REDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM LOGOMARCA COLORIDA	Unidade	750	R\$ 3,25	R\$ 2.437,50
56	FICHA DE REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA	Bloco	27	R\$ 15,57	R\$ 420,39
57	FICHA DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MONITORAMENTO DAS DOENÇAS DIARREICAS	Bloco	18	R\$ 24,08	R\$ 433,44
58	FICHA DE RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO ALUNO COM LOGOMARCA COLORIDA	Unidade	750	R\$ 3,34	R\$ 2.505,00
59	FICHA DE RESULTADO FINAL COM LOGOMARCA COLORIDA	Unidade	2250	R\$ 4,07	R\$ 9.157,50
60	FICHA DE VISITA DOMICILIAR F-36 COM LOGOMARCA	Bloco	36	R\$ 9,11	R\$ 327,87
61	FICHA DE VISITA F-9 COM LOGOMARCA	Unidade	2250	R\$ 6,36	R\$ 14.315,63
62	CARTAZ COLORIDO F-04.	Unidade	750	R\$ 3,70	R\$ 2.773,13
63	CARTILHA DA DENGUE	Unidade	3000	R\$ 6,27	R\$ 18.817,50
<b>VALOR TOTAL LOTE I</b>					<b>R\$ 237.008,20</b>
<b>LOTE II - MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO E ESPECIAIS</b>					
1	CONFECÇÃO DE BANNER BASE SOLVENTE	Metro	323	R\$ 78,13	R\$ 25.235,99
2	CONFECÇÃO DE CARTAZES F4 COLORIDO	Unidade	3000	R\$ 5,87	R\$ 17.610,00
3	CONFECÇÃO DE CARTILHA PARA CURSOS PROFISSIONALIZANTES	Unidade	3375	R\$ 6,70	R\$ 22.612,50
4	CONFECÇÃO DE CARTILHAS SOBRE O IDOSO	Unidade	1875	R\$ 8,55	R\$ 16.021,88
5	CONFECÇÃO DE QUEBRA F-09 PAPEL COUCHÊ 300G	Unidade	4125	R\$ 3,90	R\$ 16.087,50





6	CONFEÇÃO DE PASTAS PERSONALISADAS COLORIDAS PARA EVENTOS	Unidade	3750	R\$ 5,19	R\$ 19.471,88
7	FOLDER INFORMATIVO FORMATO F4 COLORIDO	Unidade	4500	R\$ 6,21	R\$ 27.945,00
8	PANFLETOS F-16 COLORIDO COM LOGOMARCA COLORIDO.	Unidade	6000	R\$ 1,70	R\$ 10.170,00
9	MANTA MAGNETICA PERSONALIZADA	M <sup>2</sup>	100	R\$ 182,74	R\$ 18.273,50
10	CONFEÇÃO DE ADESIVO PELICANO CALANDRADA	Metro	240	R\$ 39,78	R\$ 9.546,60
11	PLOTAGEM VEICULAR + ARTE DIGITAL	M <sup>2</sup>	150	R\$ 73,43	R\$ 11.014,88
12	Etiquetas Patrimônio Alumínio Tam. 5x2 Cm Personalizadas	Unidade	1000	R\$ 3,59	R\$ 3.585,00
13	Adesivo Perfurado em Imagem Digital	M <sup>2</sup>	50	R\$ 68,72	R\$ 3.436,00
14	Cavaletes com Adesivação Refletiva Med. 1,20m x 1,0m	unidade	50	R\$ 148,06	R\$ 7.403,00
15	CARIMBO MADEIRA TAMANHO G	Unidade	98	R\$ 50,92	R\$ 4.989,67
16	CARIMBO MADEIRA TAMANHO M	Unidade	120	R\$ 37,44	R\$ 4.492,20
17	CARIMBO MADEIRA TAMANHO P	Unidade	120	R\$ 24,37	R\$ 2.924,40
18	CARIMBOS AUTOMÁTICO TAMANHO 38X14	Unidade	113	R\$ 37,54	R\$ 4.242,02
19	CARIMBOS AUTOMÁTICO TAMANHO 47X18	Unidade	135	R\$ 56,35	R\$ 7.607,59
20	CARIMBOS AUTOMÁTICO TAMANHO 58X22	Unidade	128	R\$ 76,01	R\$ 9.729,28
21	CONFEÇÃO DE AGENDA PERSONALIZADA	Unidade	250	R\$ 69,24	R\$ 17.310,00
22	CONFEÇÃO DE CRACHÁS COLORIDOS PARA EVENTOS	Unidade	1125	R\$ 3,29	R\$ 3.698,44
23	- APLICAÇÃO DE FUMÊ	M <sup>2</sup>	400	R\$ 51,12	R\$ 20.447,00
24	Urna De Acrílico Giratoria 40cm X 20cm	Unidade	50	R\$ 66,50	R\$ 3.325,00
25	Confecção de Caixa decorada em MDF com gravação a Laser 20cm x 20cm	Unidade	50	R\$ 25,93	R\$ 1.296,25
26	Wind Banner medindo 180 x60Cm	unidade	50	R\$ 189,18	R\$ 9.458,88
27	Display em Acrílico com imagem	M <sup>2</sup>	50	R\$ 251,15	R\$ 12.557,50
28	Display em Mdf com corte a Lazer gravado	M <sup>2</sup>	50	R\$ 231,57	R\$ 11.578,38
29	Fabricação de Letra em Acrílico Medindo 20cm	unidade	50	R\$ 73,11	R\$ 3.655,63
30	CANECA PERSONALIZADA DE PORCELANA	unidade	100	R\$ 32,22	R\$ 3.222,25
31	PULSEIRA SUBLIMADA EM TECIDO PARA EVENTOS	unidade	1000	R\$ 2,54	R\$ 2.542,50
<b>VALOR TOTAL LOTE II</b>					<b>R\$ 331.490,69</b>
<b>VALOR TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 568.498,88</b>





## 6. DO MODELO DE EXECUÇÃO

### 6.1 Forma de Execução

A execução do objeto dar-se-á de forma **parcelada e sob demanda**, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **Autorização de Fornecimento (AF)** ou documento equivalente, acompanhada da respectiva Nota de Empenho.

### 6.2 Fluxo de Execução dos Serviços

A execução observará, no mínimo, as seguintes etapas:

- I – Solicitação formal pela Secretaria demandante;
- II – Envio, pela Contratante, do conteúdo e/ou briefing para elaboração da arte (quando aplicável);
- III – Elaboração ou adequação da arte pela Contratada;
- IV – Submissão da arte para aprovação prévia da Contratante;
- V – Produção gráfica após aprovação formal;
- VI – Entrega dos materiais nos locais indicados;
- VII – Conferência e recebimento provisório pela fiscalização.

### 6.3 Prazo de Execução e Entrega

O prazo para execução e entrega dos serviços será de:

- Até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e aprovação da arte, quando houver;
- Em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo poderá ser ajustado pela Administração;
- Demandas urgentes poderão ter prazo reduzido, mediante solicitação expressa da Contratante.

### 6.4 Local de Entrega

Os materiais deverão ser entregues:

- Na sede da Prefeitura Municipal ou nas Secretarias requisitantes;
- Em locais indicados na Autorização de Fornecimento;
- Abrangendo zona urbana e rural do Município.

### 6.5 Condições de Entrega

A Contratada deverá:

- Entregar os materiais devidamente acondicionados, evitando danos no transporte;
- Responsabilizar-se integralmente pelo frete, carga e descarga;
- Apresentar **nota fiscal individualizada por Autorização de Fornecimento**;
- Garantir que os produtos estejam em perfeitas condições de uso.

### 6.6 Controle de Qualidade

Os materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, sendo:

- Vedada a entrega de produtos com falhas de impressão, cortes irregulares ou defeitos de acabamento;
- Obrigatória a fidelidade de cores e layout aprovados;
- Sujeitos à recusa, total ou parcial, em caso de desconformidade.

### 6.7 Substituição de Materiais

Caso sejam constatadas irregularidades:

- A Contratada deverá substituir os materiais no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**;
- A substituição ocorrerá **sem ônus adicional** para a Administração;
- O não atendimento poderá ensejar aplicação de sanções e convocação do próximo classificado.

### 6.8 Responsabilidade da Contratada

Compete à Contratada:

- Disponibilizar todos os insumos, equipamentos e mão de obra necessários;
- Assegurar a qualidade técnica dos serviços;
- Cumprir os prazos estabelecidos;



- Arcar com todos os custos diretos e indiretos;
- Manter sigilo sobre documentos e informações institucionais.

### **6.9 Garantia dos Serviços**

A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se por:

- Defeitos de impressão;
- Problemas de acabamento;
- Divergências em relação à arte aprovada.

## **7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1 Requisitos Gerais**

A contratação deverá observar que a empresa licitante:

- I – Atue em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- II – Comprove capacidade técnica para execução de serviços gráficos;
- III – Atenda às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- IV – Possua estrutura operacional compatível com a demanda estimada.

### **7.2 Qualificação Técnica**

Para fins de comprovação da capacidade técnica, deverá ser exigido:

- I – Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto;
- II – Comprovação de que dispõe de equipamentos e estrutura mínima para execução dos serviços, tais como:
  - Impressoras digitais e/ou offset;
  - Equipamentos de acabamento (corte, dobra, encadernação, plastificação);
  - Recursos para produção de materiais de grande formato (quando aplicável).

### **7.3 Requisitos de Qualidade**

A contratada deverá assegurar que os materiais gráficos:

- Sejam produzidos com insumos de qualidade comprovada;
- Atendam às especificações técnicas de gramatura, formato e acabamento;
- Apresentem fidelidade às artes aprovadas;
- Estejam livres de falhas de impressão, manchas, desalinhamentos ou defeitos.

### **7.4 Requisitos de Sustentabilidade**

Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, tais como:

- Utilização de papel proveniente de fontes responsáveis ou certificadas;
- Redução de desperdícios na produção;
- Destinação adequada de resíduos gráficos.

### **7.5 Requisitos Operacionais**

A contratada deverá:

- I – Disponibilizar canal de comunicação eficiente (telefone, e-mail ou outro meio digital);
- II – Possuir capacidade de atendimento simultâneo a múltiplas demandas;
- III – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos;
- IV – Garantir a rastreabilidade das solicitações e entregas.

### **7.6 Requisitos de Segurança e Sigilo**

A contratada deverá:

- Manter sigilo sobre documentos, dados e informações institucionais;
- Não reproduzir ou divulgar materiais sem autorização da Administração;
- Adotar medidas para proteção de dados eventualmente tratados, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



## **8. DA JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES**

### **8.1 Fundamentação**

Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, mediante justificativa, inverter as fases do procedimento licitatório, promovendo inicialmente o julgamento das propostas e, posteriormente, a análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado.

### **8.2 Justificativa Técnica**

A adoção da inversão de fases no presente certame justifica-se em razão de:

- I – Maior celeridade processual, reduzindo o tempo de análise documental de todos os licitantes;
- II – Racionalização dos atos administrativos, concentrando a análise de habilitação apenas no licitante mais bem classificado;
- III – Eficiência na condução do certame, especialmente considerando a natureza do objeto (serviços gráficos sob demanda), que possui ampla competitividade no mercado;
- IV – Redução do ônus operacional da Administração, evitando análise desnecessária de documentação de empresas não classificadas;
- V – Adoção de boas práticas já consolidadas nos procedimentos eletrônicos, em especial na modalidade pregão.

### **8.3 Vantajosidade**

A inversão das fases contribui diretamente para:

- Aumento da competitividade;
- Maior eficiência administrativa;
- Redução de prazos do processo licitatório;
- Otimização dos recursos humanos envolvidos.

### **8.4 Garantias Legais**

Ressalta-se que a inversão de fases:

- Não compromete a legalidade do certame;
- Preserva os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa;
- Assegura o contraditório e a ampla defesa aos licitantes.

## **9. DO RECEBIMENTO**

### **9.1 Recebimento Provisório**

Os serviços/materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de até **08 (oito) dias úteis**, contados da entrega, pelo fiscal do contrato ou servidor designado, mediante verificação preliminar quanto:

- À quantidade entregue;
- À conformidade com a Autorização de Fornecimento;
- À integridade física dos materiais;
- À ausência de danos decorrentes de transporte.

### **9.2 Recebimento Definitivo**

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação detalhada da qualidade e conformidade dos serviços, mediante emissão de termo circunstanciado, considerando:

- Atendimento às especificações técnicas;
- Fidelidade à arte previamente aprovada;
- Qualidade de impressão e acabamento;
- Ausência de falhas, manchas, cortes irregulares ou defeitos.

### **9.3 Rejeição do Objeto**

Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

- Estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- Apresentarem defeitos de impressão ou acabamento;
- Divergirem da arte aprovada;
- Estiverem danificados ou impróprios para uso.

### **9.4 Correção e Substituição**



Na hipótese de rejeição:

- A Contratada deverá substituir ou corrigir os itens no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da notificação;
- A substituição ocorrerá **sem ônus adicional** para a Administração;
- O não atendimento sujeitará a Contratada às sanções cabíveis.

#### **9.5 Condição para Aceitação Definitiva**

O recebimento definitivo ficará condicionado:

- À completa adequação do objeto às especificações;
- À inexistência de pendências ou inconformidades;
- Ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

#### **9.6 Responsabilidade da Contratada**

O recebimento provisório ou definitivo **não exclui a responsabilidade da Contratada** pela qualidade dos serviços prestados, respondendo por vícios ou defeitos posteriormente identificados.

#### **9.7 Atesto para Pagamento**

O atesto da Nota Fiscal somente ocorrerá após o **recebimento definitivo do objeto**, devidamente validado pelo fiscal do contrato.

### **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **10.1 Obrigações Gerais**

A Contratada obriga-se a cumprir integralmente as disposições constantes neste Termo de Referência, no Edital e em sua proposta, assumindo total responsabilidade pela execução do objeto.

#### **10.2 Execução dos Serviços**

A Contratada deverá:

- Executar os serviços gráficos conforme especificações técnicas, padrões de qualidade e prazos estabelecidos;
- Produzir os materiais com fidelidade às artes previamente aprovadas pela Contratante;
- Utilizar insumos de qualidade adequada, garantindo durabilidade e boa apresentação dos materiais;
- Disponibilizar todos os recursos necessários (mão de obra, equipamentos e materiais) para a perfeita execução do objeto.

#### **10.3 Prazos e Entregas**

A Contratada deverá:

- Cumprir rigorosamente os prazos de produção e entrega estabelecidos;
- Realizar as entregas nos locais indicados na Autorização de Fornecimento;
- Responsabilizar-se por todas as despesas com transporte, carga e descarga;
- Comunicar previamente à Contratante qualquer impossibilidade de cumprimento de prazo, devidamente justificada.

#### **10.4 Controle de Qualidade**

Compete à Contratada:

- Garantir a qualidade dos serviços prestados, evitando falhas de impressão e acabamento;
- Realizar conferência prévia antes da entrega;
- Substituir, corrigir ou refazer, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeitos ou desconformidade.

#### **10.5 Responsabilidade Técnica**

A Contratada será responsável:

- Por eventuais erros de produção, impressão ou acabamento;
- Pela adequação dos materiais às especificações técnicas;
- Por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto.

#### **10.6 Regularidade e Condições de Habilitação**

A Contratada deverá:





I – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

II – Apresentar, sempre que solicitado, documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

### **10.7 Comunicação e Atendimento**

A Contratada deverá:

I – Manter canais de comunicação atualizados (telefone, e-mail ou outros meios);

II – Atender prontamente às solicitações da Contratante;

III – Indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

### **10.8 Sigilo e Proteção de Dados**

A Contratada deverá:

I – Manter sigilo sobre documentos, informações e dados institucionais;

II – Não reproduzir ou divulgar materiais sem autorização;

III – Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quando aplicável.

### **10.9 Responsabilidades Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias**

A Contratada será integralmente responsável:

I – Pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

II – Por quaisquer vínculos empregatícios com seus colaboradores;

III – Por eventuais demandas judiciais decorrentes da execução do contrato.

### **10.10 Vedação de Práticas Irregulares**

É vedado à Contratada:

I – Subcontratar totalmente o objeto sem autorização;

II – Transferir a terceiros suas obrigações contratuais sem anuência da Administração;

III – Praticar atos que comprometam a execução ou a lisura do contrato.

### **10.11 Garantia dos Serviços**

A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de falhas identificadas, mesmo após o recebimento definitivo, nos termos da legislação aplicável.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **11.1 Obrigações Gerais**

A Contratante obriga-se a cumprir as disposições deste Termo de Referência e do futuro contrato, assegurando as condições necessárias para a adequada execução do objeto.

### **11.2 Gestão e Fiscalização**

Compete à Contratante:

I – Designar formalmente fiscal(is) e gestor do contrato;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução, registrando ocorrências e determinando correções;

III – Verificar a conformidade dos serviços com as especificações técnicas;

IV – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo.

### **11.3 Solicitação e Aprovação**

A Contratante deverá:

I – Emitir Autorizações de Fornecimento (AF) com informações claras (quantidade, especificações, local e prazo);

II – Fornecer conteúdos, textos, logomarcas e demais insumos necessários à produção;

III – Analisar e aprovar as artes apresentadas pela Contratada em prazo razoável, evitando atrasos na execução;

IV – Indicar responsáveis para validação técnica dos materiais.

### **11.4 Recebimento do Objeto**

Compete à Contratante:

I – Realizar o recebimento provisório e definitivo, conforme critérios estabelecidos;

II – Conferir quantidade, qualidade e conformidade dos materiais entregues;



III – Comunicar formalmente eventuais falhas ou irregularidades.

### **11.5 Pagamento**

A Contratante deverá:

- I – Efetuar o pagamento no prazo estabelecido, após o atesto da Nota Fiscal;
- II – Verificar previamente a regularidade fiscal da Contratada;
- III – Não efetuar pagamento de materiais não entregues ou não conformes.

### **11.6 Comunicação Institucional**

A Contratante deverá:

- I – Manter comunicação clara e formal com a Contratada;
- II – Informar com antecedência demandas urgentes ou específicas;
- III – Notificar formalmente qualquer descumprimento contratual.

### **11.7 Condições Operacionais**

A Contratante compromete-se a:

- I – Disponibilizar acesso às informações necessárias à execução do objeto;
- II – Evitar alterações injustificadas após aprovação das artes;
- III – Garantir condições para entrega e recebimento dos materiais.

### **11.8 Responsabilidade Administrativa**

A Contratante não responderá por:

- Encargos trabalhistas, fiscais ou comerciais da Contratada;
- Danos causados a terceiros por atos da Contratada;
- Obrigações assumidas pela Contratada fora do contrato.

## **12. DO PAGAMENTO**

### **12.1 Condições Gerais**

O pagamento será efetuado pela Contratante em favor da Contratada mediante apresentação da **Nota Fiscal/Fatura**, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após o recebimento definitivo do objeto.

### **12.2 Prazo de Pagamento**

O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data do atesto da Nota Fiscal, desde que cumpridas todas as condições contratuais.

### **12.3 Documentação Necessária**

Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar:

- I – Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento realizado;
- II – Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, quando exigido;
- III – Demais documentos eventualmente solicitados pela Administração.

### **12.4 Condições para Liberação do Pagamento**

O pagamento ficará condicionado:

- Ao recebimento definitivo dos materiais;
- À verificação da conformidade do objeto;
- À inexistência de pendências ou irregularidades na execução;
- À regularidade fiscal da Contratada.

### **12.5 Forma de Pagamento**

O pagamento será efetuado por meio de **ordem bancária**, em conta indicada pela Contratada.

### **12.6 Vedação ao Pagamento Antecipado**

Não será permitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses previstas na legislação vigente e devidamente justificadas pela Administração.

### **12.7 Ocorrência de Irregularidades**

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa:

- O prazo para pagamento será suspenso;
- A Contratada será formalmente notificada para regularização;
- O prazo será reiniciado após a correção.



## 12.8 Retenções e Tributos

Sobre os pagamentos efetuados poderão incidir:

- Retenções tributárias previstas em lei;
- Descontos decorrentes de eventuais penalidades aplicadas.

## 12.9 Atualização Financeira

Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, poderá haver atualização do valor devido, nos termos da legislação aplicável, mediante solicitação da Contratada.

## 13. DA VIGÊNCIA

### 13.1 Prazo de Vigência

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e vantajosidade devidamente comprovada.

### 13.2 Prorrogação

A vigência poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, quando:

- I – Houver necessidade de continuidade do fornecimento dos serviços;
- II – Permanecerem vantajosas as condições contratuais;
- III – Houver disponibilidade orçamentária;
- IV – A Contratada mantiver as condições de habilitação exigidas.

### 13.3 Natureza da Contratação

Considerando tratar-se de **serviços de fornecimento sob demanda**, a execução ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante todo o período de vigência contratual.

### 13.4 Extinção do Contrato

O contrato poderá ser extinto:

- Pelo término da vigência;
- Pelo cumprimento integral do objeto;
- Por iniciativa de qualquer das partes, nos casos previstos em lei;
- Por interesse público devidamente justificado.

### 13.5 Continuidade do Serviço

Na hipótese de necessidade de continuidade do serviço e inexistência de novo contrato vigente, poderá ser promovida a prorrogação excepcional, nos termos da legislação, para evitar descontinuidade administrativa.

## 14. DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

- 14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;





- 14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 14.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.2.1. Advertência pela falta do subitem 14.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 14.1.1 a 14.1.2;
- 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 14.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 14.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (DEZ) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 14.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 14.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 14.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa



jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

14.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

14.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 15. DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Contratante, na qualidade de **fiscal(is) e gestor do contrato**, nos termos da legislação vigente.

a) Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais;

II – Conferir a qualidade dos materiais gráficos fornecidos;

III – Verificar a conformidade com as especificações técnicas e artes aprovadas;

IV – Registrar ocorrências, falhas ou irregularidades;

V – Notificar a Contratada para correção de inconformidades;

VI – Atestar o recebimento do objeto para fins de pagamento;

VII – Elaborar relatórios de acompanhamento, quando necessário.

b) Compete ao gestor do contrato:

I – Gerenciar a execução contratual de forma global;

II – Adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual;

III – Solicitar aplicação de sanções, quando cabível;

IV – Promover ajustes necessários à execução do contrato;

V – Zelar pelo equilíbrio e pela boa execução contratual.

A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, que será responsável pela execução integral do objeto, inclusive perante terceiros.

## 16. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 16.1 JUSTIFICATIVA DO JULGAMENTO POR LOTE

A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se em razão da **natureza semelhante e complementar dos itens agrupados**, bem como pela necessidade de:

- Garantir **padronização dos materiais gráficos** (cores, layout, qualidade de impressão);
- Promover **ganho de escala e economicidade** na contratação;
- Otimizar a logística de produção e entrega;
- Reduzir custos administrativos com múltiplos contratos;
- Assegurar maior **eficiência na gestão contratual**.

Ademais, os itens foram agrupados por **afinidade técnica e funcional**, não havendo restrição indevida à competitividade, nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

### 16.2 FORMA DE DISPUTA



- A disputa ocorrerá **por lote**, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar o **menor preço global para cada lote**, desde que atendidas todas as exigências do edital e deste Termo de Referência.

### 16.3 ADJUDICAÇÃO

- A adjudicação será realizada **por lote**, podendo o mesmo licitante ser vencedor de um ou mais lotes.

### 16.4 VEDAÇÃO AO FRACIONAMENTO INDEVIDO

A divisão em lotes observou critérios técnicos e econômicos, evitando o fracionamento indevido do objeto, garantindo:

- Competitividade;
- Viabilidade de execução;
- Vantajosidade para a Administração.

### 16.5 POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO

Será permitida a participação de licitantes em **um ou mais lotes**, sem limitação, desde que comprovada a capacidade de execução.

## 17. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PLANEJAMENTO

O objeto da presente contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não foi formalmente elaborado pela Municipalidade.

Todavia, a presente contratação encontra-se devidamente amparada no planejamento orçamentário vigente, estando compatível com os instrumentos de planejamento, especialmente o Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, nos quais estão contempladas as estimativas de despesas e os recursos necessários à sua execução.

Os recursos destinados à presente contratação estão vinculados às seguintes unidades orçamentárias:

- Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária – SEMAPE;
- Secretaria Municipal de Educação – SEME/FME;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP;
- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – SEMUS/FMS;
- Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social – SADES/FMAS;
- Secretaria Municipal de Esportes e Juventude – SEMEJ;
- Secretaria Municipal de Cultura e Lazer – SECUL/FMC;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH;
- Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SICTI;
- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMDHS;
- Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres – SEMUPM.

A classificação orçamentária completa, incluindo:

- Programa de Trabalho;
- Elemento de Despesa;
- Fonte de Recursos;

será oportunamente indicada no Despacho da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, previamente à formalização do contrato ou emissão da nota de empenho.

João Costa-PI, 16 de março de 2026.





PREFEITURA DE  
**João Costa-PI**

Mais trabalho, novas conquistas

ERICARLOS TELES PEREIRA  
**Pres. da Comissão Permanente de Contratação**

Rafaela Aparecida Alves Moura  
Membro

Neles Nelson Magalhães Dos Santos  
Membro



**ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° \_\_\_\_/2026 – CPL/PMJC**

Processo Administrativo N° 080/2025 - PMJC

Pregão Eletrônico N° 032/2025 - SRP

**O MUNICÍPIO DE JOÃO COSTA – PIAUÍ**, inscrita no CNPJ sob o n°. 01.612.580/0001-30, com sede na Praça Central, s/n – Centro – CEP: 64.765-000, em João Costa – PI, neste ato representada por seu Gestor Secretário Municipal de Administração e Planejamento, o Sr. JEFFERSON DE OLIVEIRA PORTELA DA SILVA, portador da cédula de identidade n° \*.048.\*\*\* - SSP/PI e inscrito no CPF sob o n° \*\*\*.008.\*\*\*-\*\*, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico N° 032/2025 - SRP, Processo Administrativo N° 080/2025 - PMJC, RESOLVE registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 2021, Lei complementar n° 123/2006 e alterações promovidas pela lei complementar n° 147/2014, Decreto Municipal n° 001/2025 de 02 de janeiro de 2025, e do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na confecção/execução/fornecimento de serviços gráficos diversos, para atender a Prefeitura e as Secretarias do município de João Costa/PI, conforme especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico N° 032/2025 - SRP, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que constam no Extrato desta Ata em anexo.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será a Comissão Permanente de Licitação da PMJC.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**5. VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços, caso haja, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços, caso hajam, poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.6.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.6.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7. O registro a que se refere o item 5.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

## 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



6.2.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.2.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.2.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.2.6.2 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.5.1. Por razão de interesse público;

6.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tomar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

7.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.





PREFEITURA DE  
**João Costa-PI**  
Mais trabalho, novas conquistas

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

João Costa/PI, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

MUNICIPIO DE JOÃO COSTA/PI  
*JEFFERSON DE OLIVEIRA PORTELA DA SILVA*  
*Sec. Municipal de Administração e Planejamento*  
*Órgão Gerenciador*

\_\_\_\_\_  
Detentora do Registro

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026 - PMJC**

Processo Administrativo Nº 080/2025 - PMJC

Pregão Eletrônico Nº 032/2025 – SRP

Ata de Registro de Preços Nº \_\_\_\_/2026 - CPL/PMJC

**O MUNICÍPIO DE JOÃO COSTA – PIAUÍ**, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.580/0001-30, com sede na Praça Central, s/n – Centro – CEP: 64.765-000, em João Costa – PI, neste ato representada por seu Gestor Secretário Municipal de Administração e Planejamento, o Sr. JEFFERSON DE OLIVEIRA PORTELA DA SILVA, portador da cédula de identidade nº \*.048.\*\*\* - SSP/PI e inscrito no CPF sob o nº \*\*\*.008.\*\*\*.\*\*, residente e domiciliado em João Costa - PI, localizável na sede do Palácio Municipal, no endereço acima citado, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo Nº 080/2025 - PMJC** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Lei complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela lei complementar nº 147/2014, Decreto Municipal Nº 001/2025, de 02 de janeiro de 2025, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico Nº 032/2025**, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Prestação de Serviços de empresa especializada para a confecção, execução e fornecimento de serviços gráficos diversos, sob demanda, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de João Costa/PI e suas Secretarias, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. a Despesa se encontra amparada com recursos do TESOURO MUNICIPAL/QSE/EDUCAÇÃO 30%/FUNDEB 30%/FUS/Recursos Vinculados da Saúde/FMAS/Recursos Vinculados do Social, consignadas nas seguintes rubricas:

UNID. ORÇ.	PROJ. ATIVIDADE	NAT. DESPESA	F.R. - C.A.
------------	-----------------	--------------	-------------



02.01.00 – GAB	04.122.0026.2007 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Pref	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	1.500.00.999 1.550.01.999
02.02.00 - SEMAP	04.122.0027.2010 - Manutenção da Secretaria Administração e Planejamento		
02.03.00 - SEMUT	26.782.0666.2012 - Manutenção e Conservação da Sec. Mun. de Transporte		
02.06.00 – AGRIFE	20.122.0027.2020 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pecuária		
02.07.00 – SEDUC 02.15.00 - FME	12.361.0753.2024 - Administração e Encargos da Secretaria 12.361.0269.2027 - Encargos com Salário Educação - QSE		
02.11.00 – FMS	10.301.0210.2055 - Manutenção e Encargos do FMS		
02.13.00 - FMAS	08.244.0172.2071 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0166.2074 - Manutenção do Centro de Referência da Assist. Social-CRAS		
			1.500.00.300
			1.660.04.999

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da obra tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexo ao Edital.

## 8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexo do Edital.



## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções dispostas poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Os licitantes ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

10.3. Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.6. As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.2.



10.6.1. Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 10.2, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

**10.6.1.1.** - 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

**10.6.1.2.** - 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 10.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.9. A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

10.10. Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1 - O contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial do contrato ou o descumprimento de quaisquer obrigações ensejará sua rescisão, nos casos enumerados na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

11.2 - A CONTRATADA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.

11.3 - A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.

11.4 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

11.5 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

11.6 - As decisões relacionadas à multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via



correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.





14.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial da União, nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021 e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia a ampla publicidade.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de São João do Piauí/PI, da qual o município de João Costa/PI é termo judiciário, para dirimir os litígios que decorrerem da execução com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

João Costa/PI, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

MUNICÍPIO DE JOÃO COSTA/PI  
*JEFFERSON DE OLIVEIRA PORTELA DA SILVA*  
*Sec. Municipal de Administração e Planejamento*  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

